

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ
“GESTÃO NA EDUCAÇÃO: políticas e práticas”

Andrea Paula de Souza WALDHELM¹
Flávia Pedrosa de CAMARGO²
Carla da Conceição de LIMA³

O dossiê temático sobre *Gestão na Educação: políticas e práticas* coloca em cena o debate contemporâneo dos desafios de uma educação pública democrática. A intensificação das ideias democratizantes ocorridas na década de 1980 resultou na inclusão da gestão democrática como um dos princípios do desenvolvimento do ensino no Brasil, na Constituição Federal de 1988. Essa premissa, posteriormente, foi acompanhada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, no art. 3º. Emerge, dessa forma, um novo projeto de organização escolar que responsabiliza estados e municípios a indicar, legalmente, as suas formas de operacionalização, definindo a participação dos que integram, como comunidade, a gestão democrática (AMARAL; OLIVEIRA, 2019; LIMA *et. al.*, 2022). Além disso, os processos de descentralização da gestão foram acompanhados por progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, que ampliam a participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisões em nível central e das unidades de ensino (COSTA; GOMES, 2020; TORMES; SARTURI; CORTE, 2019).

Contudo, passadas algumas décadas do estabelecimento da gestão democrática, mesmo com a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela lei nº 13.005/14 e que dedica integralmente a meta 19 a gestão democrática nas escolas e nos sistemas de ensino, ainda persistem desafios. Nesse sentido, podemos citar as distintas formulações e implementações pelas instâncias subnacionais que resultam em diferentes concepções da gestão democrática (GOULART; BAENSI, 2021); a pouca participação (LIMA *et. al.*, 2022), distribuição desigual de poder entre os atores escolares (MENDONÇA, 2001), as condicionalidades da legislação (AMARAL, 2021), entre outros.

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6603418206002521>

² Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6694771688158691>

³ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0159623489029086>

Nesse sentido, as equipes gestoras dos sistemas e redes de ensino, bem como as escolares têm desafios complexos que requerem capacidade técnica, pedagógica e administrativa, em contexto de descentralização e ampliação da participação da sociedade civil, para implantarem políticas educacionais que logrem estruturas e práticas democráticas e participativas nos processos de tomada de decisões (LIMA *et. al.*, 2022). De acordo com Amaral e Oliveira (2019), buscar uma escola de vivências democráticas depende, não somente, da garantia de direitos, mas de uma cultura política democrática que lhe dê sustentação.

Na perspectiva de contribuir para o debate dos mecanismos, estratégias e cenários de uma gestão democrática, que concerne às universidades, sistemas de ensino e escolas, este dossiê apresenta nove artigos inéditos de autores com pesquisas realizadas em diferentes estados brasileiros.

Iniciando o dossiê o artigo de Andréia Paula Basei investiga a trajetória dos *Programas de ampliação de jornada escolar por meio de atividades complementares curriculares em contraturno no estado do Paraná com foco nas políticas públicas e processos de gestão*. Ao analisar a ampliação da jornada escolar em contraturno a partir de atividades implementadas desde 2008, com intuito de oportunizar a aprendizagem de diferentes áreas do conhecimento e da cultura, o artigo apresenta, a partir de uma pesquisa qualitativa, as contradições e avanços da política que refletem no acesso democrático de todos os alunos a um ensino de qualidade, bem na atuação na gestão escolar e educacional no estado do Paraná.

O artigo *Interfaces público-privadas no contexto político-institucional local e os desafios postos à democratização da gestão educacional*, de Raimundo Nonato Gaia Correa e Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, analisa as mediações por meio das quais as políticas públicas educacionais são transformadas em mecanismos de reprodução da lógica do clientelismo eleitoral, alimentando uma forma patrimonialista de gestão. Tendo como objeto de análise a rede de educação de Cametá, no estado do Pará, o artigo discute, a partir de uma pesquisa qualitativa, a forma de condução da política municipal fundamentada no clientelismo que favorece a sobreposição dos interesses privados sobre os públicos, desviando a função social das políticas públicas educacionais em prol da reprodução da estrutura social marcada por desigualdades.

O artigo *Gestão escolar e desempenho dos alunos: uma revisão de literatura em periódicos brasileiros (2001-2021)*, de João Carlos Gino, Cynthia Paes de Carvalho e Karina Carrasqueira, estabelece uma revisão de literatura em periódicos nacionais sobre

a gestão escolar e os resultados acadêmicos dos alunos nas últimas duas décadas. O estudo revelou que os fatores intraescolares fazem diferença no desempenho acadêmico, no entanto, ressaltou a carente produção acadêmica brasileira sobre a relação da gestão escolar e os resultados dos estudantes. Ainda a respeito da aprendizagem dos estudantes e a gestão, temos o artigo *Concepções e vivências da gestão em uma escola confessional* que apresenta resultados relacionados à prática dos gestores, de Fernando Degrandis. O texto, que objetiva analisar como a prática de gestores de escolas confessionais influenciam na aprendizagem dos estudantes, aponta que a compreensão dos gestores apresenta coerência com o conceito sistêmico de gestão, no entanto, isso está mais presente na intencionalidade do que nas estratégias utilizadas por eles no cotidiano.

Sobre a importância da atuação da gestão escolar sob a ótica da participação democrática temos os textos: *Refletindo sobre a questão da Gestão Democrática em uma escola pública*, Jéssica Maís Antunes e Jair Jonko Araújo e *A democratização da gestão escolar em debate: por uma outra lógica de construção social*, de Raimundo Sousa, Anderson Madson Oliveira Maia, Luiz Miguel Galvão Queiroz e Rafael da Silva Queiroz.

O primeiro investiga como acontece a administração participativa entre os atores que compõem a comunidade escolar em uma escola municipal localizada no sudeste do Rio Grande do Sul e resalta a forte presença da família nas questões financeiras da escola (arrecadações), a participação de professores e outros funcionários nas reuniões mensais e ausência de base legal sobre gestão escolar no município pesquisado. Já o segundo analisa a perspectiva dos sujeitos envolvidos no exercício do aprendizado da democratização da gestão da escola pública, a partir dos posicionamentos assumidos nos diferentes momentos vivenciados no cotidiano do processo decisório em uma escola pública no município de Altamira/PA. Os resultados revelaram a importância do trabalho coletivo e exercício diário de participação, aspectos primordiais para o estabelecimento da gestão democrática.

A relação da gestão escolar com a educação inclusiva está inserida nos artigos: *Escola inclusiva, diversidade e gestão escolar: o que dizem gestores de escolas públicas do Rio Grande do Norte*, de Crislane Barbosa Azevedo, e *A gestão, o processo de inclusão e as políticas educacionais: possibilidades e inviabilidades no cenário brasileiro*, de Cleusa Inês Ziesmann, Sonize Lepke e Magali Maria Johann. Azevedo analisa as percepções dos gestores de escolas públicas sobre a relação entre educação, diversidade e escola inclusiva identificando, por um lado, cuidado com o politicamente correto no uso das palavras e, por outro lado, equívocos conceituais recorrentes nas

narrativas, denotando ausência de conhecimento e experiências formativas continuadas sobre a temática. Já Ziesmann, Lepke e Johann objetivam analisar a forma como as políticas voltadas à inclusão orientam e são interpretadas pelos gestores em escolas públicas da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados evidenciaram os alunos passaram a ser computados e analisados a partir das demandas oriundas dos profissionais e dos recursos advindos das matrículas, elucidando a atuação da gestão sob uma ótica neoliberal.

Em *A articulação entre a ouvidoria e a autoavaliação institucional: fortalecendo o processo de planejamento e a gestão universitária*, de Isabel Cristina Cesar Rosa e Moana Meinhardt abordam a articulação entre a ouvidoria e a autoavaliação institucional como subsídio para a gestão universitária em três IES comunitárias do RS. A partir do estudo de caso, de natureza qualitativa, as autoras concluem que as iniciativas atuais de articulação verificadas entre as instâncias de duas das IES pesquisadas podem ser fortalecidas e ampliadas, por meio de ações conjuntas que possibilitem o cruzamento de informações, o que contribuiria para o planejamento e a gestão institucional.

Boa leitura!

Andrea, Flávia e Carla

REFERÊNCIAS

AMARAL, Daniela P. Seleção de diretores escolares no estado do Rio de Janeiro: Provocações sobre democracia e gestão da escola pública. In: Daniela P. Amaral & Marcela Castro (Orgs.). **Políticas educacionais no Estado do Rio de Janeiro: Provocações sobre democracia e gestão da escola pública**, p. 18-34. Livro Eletrônico. Brasília: ANPAE, 2021
Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/POLITICAS-EDUCACIONAIS-O-ESTADO-DO-RJ.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Ana Cristina Prado. Gestão Democrática da Educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 31, set/dez. 2019.
Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/30339/pdf>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 20 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 20 dez. 2022

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 30 dez. 2022.

COSTA, Carla Maraisa Sousa; GOMES, Izandra Falcão. A gestão e planejamento educacional: Percursos, avanços e o desafio da participação. In: **Série Educar – Volume 20 – Políticas Públicas Gestão Escolar – Reflexões**. Editora Poisson Belo Horizonte, MG: Poisson, 2020. p. 36-43. Disponível em:
https://www.poisson.com.br/livros/serie_educar/volume20/Educar_vol20.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

GOULART, Janaina Moreira de Oliveira; BAENSI, Alba Valéria. Participação e gestão democrática na perspectiva dos conselheiros escolares: um estudo no estado do rio de janeiro. IN: Organizadoras: Daniela Patti do Amaral e Marcela Castro. **Políticas educacionais no Estado do Rio de Janeiro: provocações sobre democracia e gestão da escola pública**. Livro Eletrônico. Brasília: ANPAE, 2021, p. 53-67.

LIMA, Carla da Conceição de; CAMARGO, Flávia Pedrosa de; WALDHELM, Andrea Paula de Souza. Conselhos escolares e a participação na gestão democrática: Estudo de uma rede municipal de ensino. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**, n. 61, p. 113-135, 2022. Disponível em: <https://ojs.up.pt/index.php/esc-ciie/article/view/436/375> Acesso em: 30 dez. 2022.

MENDONÇA, Erasto F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 84-108, 2021. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000200007>. Acesso em: 30 dez. 2022.

TORMES, Diego Dartagnan Da Silva; SARTURI, Rosane Carneiro; CORTE, Marilene Gabriel Dalla. Descentralização do estado, controle e participação social na educação no Brasil, Argentina e Colômbia. **RBEC: Revista Brasileira de Educação Comparada**, v. 1, p. e019004-e019004, 2019.